



Índice

- 01** [Violências contra os povos indígenas aumentaram em 2012](#)
- 02** [Confusão: Puccinelli vai até ponto de ônibus buscar índios barrados em reunião com a Funai](#)
- 03** [MPF diz que índios poderão sair de área ocupada se Forum apresentar cronograma para comprar fazendas](#)
- 04** [Depois de seis horas, índios liberam rodovia após juiz voltar atrás em prisão de xavante](#)
- 05** [Índios Mundurukus invadem sede do consórcio Diálogo Tapajós](#)
- 06** [Em reunião, índios decidem que não irão desocupar fazenda](#)
- 07** [Deputado questiona participação de CNBB nos conflitos indígenas](#)
- 08** [Número de suicídios é maior entre os guaranis-kaiowás](#)
- 09** [Decisão da Justiça mantém índios em fazenda ocupada em Japorã](#)
- 10** [Cúpula federal está em MS para tratar da questão indígena](#)
- 11** [Indígenas da Aldeia Maracanã participam de ato no Rio](#)





Violências contra os povos indígenas aumentaram em 2012

SÍTIO CIMI, 27.06.2013



[Clique aqui](#) e tenha acesso ao Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas – Dados 2012.

Houve um crescimento de diferentes formas de violências cometidas, em 2012, contra os povos indígenas, que vão de ameaças de morte, assassinatos, omissão e morosidade na regularização das terras à desassistência em saúde e educação. Esta é a constatação apresentada no Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil que o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) lançou hoje, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília.

Nas três categorias abordadas no Relatório, verifica-se uma ampliação do número total de casos e vítimas. Em comparação com 2011, os casos de Violência contra o Patrimônio saltaram de 99 para 125, o que representa um aumento de 26%. Em relação à Violência por Omissão do Poder Público, foram relatadas 106.801 vítimas, o que significa um aumento de 72%, considerando que 61.988 vítimas foram registradas em 2011. O mais acentuado cresci-

mento é observado no total de vítimas da categoria Violência contra a Pessoa, em que estão incluídas ameaças de morte, homicídios, tentativas de assassinato, racismo, lesões corporais e violência sexual. Nesta categoria, houve um aumento de 378 para 1.276 vítimas, o que revela uma expansão de 237% em comparação com 2011.

Nas três categorias abordadas no Relatório, verifica-se uma ampliação do número total de casos e vítimas. Em comparação com 2011, os casos de Violência contra o Patrimônio saltaram de 99 para 125, o que representa um aumento de 26%. Em relação à Violência por Omissão do Poder Público, foram relatadas 106.801 vítimas, o que significa um aumento de 72%, considerando que 61.988 vítimas foram registradas em 2011. O mais acentuado crescimento é observado no total de vítimas da categoria Violência contra a Pessoa, em que estão incluídas ameaças de morte, homicídios, tentativas de assassinato, racismo, lesões corporais e violência sexual. Nesta categoria, houve um aumento de 378 para 1.276 vítimas, o que revela uma expansão de 237% em comparação com 2011.

CONT.



Os dados do Relatório revelam que voltou a crescer o número de assassinatos de indígenas em 2012. Em todo o Brasil foram registradas 60 vítimas, nove a mais que no ano anterior. Com 37 casos, o Mato Grosso do Sul continua sendo o estado com o maior número de ocorrências, seguido pelo Maranhão, com sete vítimas. Nos últimos dez anos, os levantamentos do Cimi mostram que pelo menos 563 indígenas foram assassinados no país, sendo que 317 destas mortes ocorreram no Mato Grosso do Sul. Os dados apresentados pelo Ministério da Saúde (Dias/DSEI) são ainda mais assustadores ao indicar que 43 assassinatos de indígenas ocorreram no Mato Grosso do Sul em 2012.

Violência gerada pela falta da terra - Chamam atenção os 54 casos registrados de omissão e morosidade na regularização de terras indígenas. Em 2011, haviam sido 46. Aqui também, o Mato Grosso do Sul é o estado campeão de violações, com 19 casos. Em seguida, aparece o Rio Grande do Sul, com 11 casos. Este dado revela que o governo da presidente Dilma Rousseff tem cedido às pressões da elite ruralista e pouco tem avançado na demarcação das terras tradicionais. Em 2012 foram homologadas apenas sete terras indígenas pela Presidência da República, enquanto a Fundação Nacional do Índio (Funai) publicou 11 portarias de identificação e o Ministério da Justiça publicou apenas duas portarias declaratórias.

Os levantamentos do Cimi indicam que das 1.045 terras indígenas, 339 (32%) estão sem providência, enquanto 293 (28%) estão em estudo. Destas, 44 estão engavetadas no Palácio do Planalto, aguardando apenas a assinatura da presidente da República. Com média anual de cinco homologações, Dilma é a presidente que menos homologou terras indígenas no Brasil desde a abertura democrática, em 1985.

"A vida dos povos indígenas está vinculada à terra. É na sua terra ancestral que 'o índio é'. O governo federal tem que, urgentemente, saldar esta dívida histórica com os povos indígenas. Este é o único modo de propiciar as condições fundamentais para a sobrevivência física e cultural desses povos", afirma Cleber Buzatto, Secretário Executivo do Cimi.

O Relatório aponta que também aumentaram os casos de invasões possessórias e exploração ilegal de recursos naturais (62 casos), ameaças de morte (30 vítimas e crescimento de 200% em relação a 2011), homicídio culposos (21 vítimas e aumento de 75%), racismo e discriminação étnico-culturais (14 vítimas) e tentativas de assassinato (1.024 vítimas). No caso das violências relacionadas à omissão do poder público, houve crescimento na desassistência à educação escolar (18.865 vítimas) e à saúde (80.496 vítimas) e na disseminação de bebidas alcoólicas e outras drogas (254 vítimas).

Violações graves - O chocante descaso com a saúde indígena é tema de um artigo escrito por quatro procuradores da República, que descrevem a ação coordenada do Ministério Público Federal (MPF) no "Dia D da Saúde Indígena", realizado em 10 de dezembro de 2012. Duas graves violações de direitos vividas pelos povos Mundurucu, da aldeia de Teles Pires, no Pará, e pelos Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay, em Naviraí, no Mato Grosso do Sul, exemplificam, no Relatório, como os povos indígenas ainda são considerados obstáculos ao progresso tanto pelo governo como pelo setor privado, no caso o ruralista.

CONT.



Em novembro de 2012, na trágica e truculenta Operação Eldorado, agentes da Polícia Federal e soldados da Força Nacional destruíram inúmeros bens do povo Munduruku, como casas e barcos. Adenilson Kirixi Munduruku foi assassinado e o crime continua impune. No mês anterior, os Guarani-Kaiowá comoveram o Brasil com uma carta em que, desiludidos pela iminência da reintegração de posse da área ocupada por eles, afirmaram que iriam resistir em suas terras, mesmo que tivessem que morrer nelas. Erroneamente, houve a interpretação de que eles estavam anunciando um suicídio coletivo. Não era o caso desta vez.

No entanto, os dados apontam que o suicídio está causando um genocídio silencioso no Mato Grosso do Sul. Nove Guarani Kaiowá se suicidaram em 2012, de um total de 23 suicídios em todo o Brasil. Novamente aqui, os dados oficiais são muito mais dramáticos, já que o Ministério da Saúde registra 56 suicídios entre os Guarani-Kaiowá no mesmo período.

As ameaças a seis grupos de indígenas isolados - Awá Guajá (MA), do Alto Envira e do Vale do Javari (AC), da área do Complexo Hidrelétrico do Madeira e do Bom Futuro (RO), da região da hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, e da bacia do Rio Tapajós (PA) - também são retratadas no Relatório, já que os impactos dos mega projetos de infraestrutura tornam a ameaça de extinção destes povos uma possibilidade cada vez mais real.

Os dados do Relatório foram obtidos a partir dos relatos e das denúncias dos povos e organizações indígenas, de informações levantadas pelas equipes dos 11 regionais do Cimi, de notícias veiculadas pela imprensa, além de informações obtidas por órgãos públicos que prestam assistência às comunidades. Há relatos de casos em que comunidades inteiras foram violentadas, no entanto em algumas não há o número preciso do total de vítimas, o que evidencia que os dados do Relatório são parciais e que a violência praticada contra os povos indígenas no Brasil apresenta um número de vítimas ainda maior do que o retratado nele.

Falta de vontade política - A baixa execução de recursos autorizados pelo governo federal para a implementação de políticas públicas evidencia situações em que o que não há, de fato, é disposição para solucionar severos problemas enfrentados pelos povos indígenas em praticamente todo o território nacional. Do orçamento de quase R\$ 68 milhões previstos para saneamento básico nas aldeias, apenas R\$ 86 mil (0,13%) foram utilizados. Para a estruturação de unidades de saúde, apenas R\$ 26 mil (8,70%) dos R\$ 2,3 milhões foram liquidados. Dos mais de R\$ 15 milhões previstos para a demarcação e regularização de terras indígenas, apenas R\$ 5,9 milhões (37%) foram executados. E do R\$ 1,5 milhão previsto para apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades, apenas R\$ 75 mil (5,06%) foram gastos em 2012.



Confusão: Puccinelli vai até ponto de ônibus buscar índios barrados em reunião com a Funai

SÍTIO MÍDIA MAX NEWS, 27.06.2013

A reunião com a presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio) e outros 30 órgãos e entidades estaduais e federais envolvidos com a questão fundiária não foi bem organizada. Isso porque representantes dos indígenas foram barrados na porta da governadoria. O governador André Puccinelli (PMDB) acabou indo buscá-los em um ponto de ônibus após uma confusão com as listas de presença.

Os indígenas informaram que receberam uma convocação para participar da reunião. Entretanto, ao chegarem a Governadoria, foram barrados e resolveram ir embora. Ao chegar ao encontro, Puccinelli viu que eles estavam saindo e veio com uma lista de presença atrás deles, chamando os índios e questionando o porquê de eles estarem indo embora.

Os indígenas disseram que foram barrados e o cerimonial justificou alegando que houve confusão com as listas de presença, já que a que estava em posse de Puccinelli foi redigida pelo Ministério da Justiça.

Assim, Puccinelli acabou tendo que ir até o ponto de ônibus 'resgatar' os índios para participar da reunião.

O encontro está sendo realizado desde as 9h em Campo Grande e tem como objetivo encontrar uma solução para os conflitos de terras em Mato Grosso do Sul. Participam índios, fazendeiros e representantes governamentais.

Reportagem: Diana Gaúna e Mayara Sá



MPF diz que índios poderão sair de área ocupada se Forum apresentar cronograma para comprar fazendas

SÍTIO REGIÃO NEWS, 27.06.2013

Pelo menos esta é a expectativa manifestada pelo promotor do Ministério Público Federal, Emerson Kalif Siqueira, que participará do encontro marcado para a Governadoria.

Se o Fórum Nacional de Assuntos Fundiários do Ministério da Justiça apresentar na reunião que manterá nesta quinta-feira com lideranças das etnias Terena, Kadiweu e Guarani-Kaiowá, um cronograma de aquisição das fazendas reivindicadas como terra indígena, os mil índios que ocupam a Fazenda Esperança, em Aquidauana, deixaram a propriedade em cumprimento a decisão judicial.

Pelo menos esta é a expectativa manifestada pelo promotor do Ministério Público Federal, Emerson Kalif Siqueira, que participará do encontro marcado para a Governadoria. A reunião estava marcada para as 9 horas, mas houve atraso de pelo menos 1h30. O encontro é a portas fechadas e representantes das etnias Terena, Kadiwéu e Guarani-Kaiowá.

O presidente da Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul), Francisco Maia, também acredita que os índios podem sair o mais rápido possível das terras após o término da reunião. "Todos sabem que o caminho da paz exige renúncia, que é a saída dos índios das áreas ocupadas", afirma Maia. O representante dos ruralistas diz ainda que o encontro de hoje é considerado um "embrião" do acordo futuro.

Um inventário sobre as benfeitorias feitas pelos produtores nas 66 áreas invadidas em todo o Estado será feito pela Acrissul. Sobre a proposta de compra das áreas por parte do Governo Federal, Maia voltou a afirmar que a opção só será aceita se a compra for em dinheiro e não em títulos.

"A Buriti é uma das que já possui sinalização de compra pelo Governmo, mas se não for em dinheiro não aceitamos nem sentar à mesa", completa o ruralista que lembrou ainda que o Congresso Nacional possui o projeto que estabelece o marco regulatório que delimita em terra indígena as áreas que estavam ocupadas até 1968.

Reintegração – A Fazenda Esperança em Aquidauana está ocupada por indígenas desde o dia 30 de maio. No último dia 18 deste mês, o juiz Renato Toniasso da 1ª Vara da Justiça Federal em Campo Grande aceitou o pedido de reintegração de posse da área e deu prazo de 10 dias para a FUNAI (Fundação Nacional dos Índios) retirar os índios da fazenda.

A ordem para os índios saírem das terras vence nesta quinta-feira (27), mas em uma assembleia geral de caciques realizada ontem (26), as lideranças decidiram ficar na propriedade e resistir mesmo se houver presença da Polícia Federal no cumprimento da reintegração.

O promotor Emerson Kalif afirmou que a FUNAI e o MPF pediram à Justiça que o prazo seja estendido para que haja diálogo com os índios e que eles possam sair da propriedade de forma pacífica. (Com informações Campo Grande News)

Depois de seis horas, índios liberam rodovia após juiz voltar atrás em prisão de xavante

SÍTIO REPÓRTER NEWS, 27.06.2013



Juiz revoga prisão de índio e rodovia é liberada no Araguaia

Cerca de 200 xavantes da aldeia Mutum, de Nova Nazaré (950 km de Cuiabá), fecharam por mais de seis horas a BR 158, em Nova Xavantina, na quarta-feira (26). O protesto começou por volta das 07 horas da manhã e somente terminou por volta das 13 horas com a decisão do juiz Marco Canavarro de voltar atrás e revogar a prisão do índio Aurélio Xavante, 31 anos, preso na sexta-feira da semana passada, acusado de dirigir embriagado um carro com chassi adulterado.

Os índios somente liberaram a rodovia depois que o juiz concordou em rever a prisão do indígena. A interdição provocou revolta dos caminhoneiros da região. A Polícia Rodoviária Federal ajudou na negociação para liberação da pista com apoio de vereadores de Nova Nazaré.

Aurélio é neto do cacique Alexandre e filho do cacique Mauro. Os indígenas fecharam a rodovia por volta das 7 horas da manhã e pediam a presença de autoridades para negociar a soltura do índio e conseqüentemente a liberação da pista.

O magistrado se reuniu com as lideranças indígenas, vereadores de Nova Nazaré e inspetor da PRF, Eloi, onde os índios apresentaram mais documentos sobre o veículo e pediu a libertação de Aurélio fato que foi aceito pelo magistrado ao final.

Na segunda-feira, os índios cercaram o fórum de Nova Xavantina e o juiz cancelou o expediente temendo uma invasão da comarca. O xavante teve a prisão decretada por um juiz de Barra do Garças, Jurandir Castilho, que estava de plantão no final de semana.

O inspetor Eloi entende que a medida tomada pelo juiz foi a mais acertada, pois evitou mais transtornos para os motoristas que estavam na rodovia. O bloqueio ocorreu no km 624 enfrenta a fazenda tropical.

Por: Ronaldo Couto
Fonte: Olhar Direto



Índios Mundurukus invadem sede do consórcio Diálogo Tapajós

SÍTIO CANAL ENERGIA, 27.06.2013

Grupo de empresas divulga estudos de futuras hidrelétricas e realiza cadastro dos possíveis atingidos pelas obras

Os índios Mundurukus voltaram a atacar instalações vinculadas aos projetos das hidrelétricas do Rio Tapajós. Na manhã desta quarta-feira, 26 de junho, um grupo de 30 indígenas paramentados, com bordunas, arco e flecha, tentaram entrar no escritório-base do projeto Diálogo Tapajós, consórcio de quatro empresas, em Itaituba (PA), que divulga as informações sobre os empreendimentos, os estudos em andamento e realiza o cadastro dos possíveis atingidos pelas obras, caso as hidrelétricas sejam aprovadas.

Segundo a assessoria do Grupo de Estudos do Tapajós, os índios utilizaram um ônibus pertencente à Funai para o deslocamento e permaneceram no local por cerca de 10 minutos. Nesse tempo, informou o grupo, arrancaram a placa institucional do projeto, solicitaram materiais informativos e mapas, com a promessa de retornar mais tarde, "em tom de ameaça".

Os Mundurukus nas últimas semanas mantiveram reféns três biólogos e invadiram e picharam a Câmara Municipal de Jacareacanga. Os indígenas estão em Itaituba para acompanhar o julgamento de cinco homens suspeitos de matar o indígena Lelo Munduruku, em junho de 2012. O Grupo de Estudos do Tapajós reúne as empresas Eletrobras, Eletronorte, EDF, Camargo Corrêa, Cemig, Copel, GDF Suez, Endesa Brasil e Neoenergia com o objetivo de concluir os estudos de viabilidade e ambientais das usinas de São Luiz do Tapajós (6.133 MW) e de Jatobá (2.338 MW).

Reportagem: Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente



Em reunião, índios decidem que não irão desocupar fazenda

SÍTIO NOTICIDADE, 27.06.2013

Os terena que ocupam desde o dia 31 de maio a fazenda Esperança em Aquidauana, a 143 km de Campo Grande, dizem que não vão deixar o local mesmo com a reintegração de posse determinada pela Justiça Federal.

A informação é de Gilson Terena, um dos líderes do grupo. A decisão foi tomada após reunião entre o coordenador regional da Funai (Fundação Nacional do Índio) em Campo Grande, Marco Aurélio Tosta, e lideranças indígenas, nesta quarta-feira .

A reunião foi feita em uma aldeia, em Aquidauana. "Pode vir a tropa de choque. Nossos guerreiros estão prontos e não vão sair porque a área é um direito nosso", disse Gilson Terena. Segundo ele, aproximadamente 800 pessoas estão na área.

A liderança afirma que, até o momento, o mandado de reintegração não foi apresentado para a comunidade que ocupa a fazenda. A assessoria da Funai informou ao G1 que o órgão já foi notificado da decisão e iria recorrer.

Terras

A reintegração de posse foi determinada no dia 14 de junho, em decisão do juiz federal Renato Toniasso, da 1ª Vara da Justiça Federal em Campo Grande. O prazo de 10 dias começou a correr a partir da notificação da Funai. Segundo assessoria da 1ª Vara, isso ocorreu no dia 19 e, por isso, o tempo previsto expira dia 29.

Caso a tentativa de desocupação voluntária seja frustrada, Toniasso autorizou uso de força policial para retirar os terena do imóvel.

Sergio Muritiba, advogado do proprietário da fazenda, disse ao G1 que os indígenas reivindicam cerca de 30 mil hectares da propriedade. Ele espera que a reintegração seja feita de forma pacífica.

"Mesmo o juiz autorizando o uso da força, esperamos que haja uma conversação prévia para que seja uma reintegração pacífica ", disse.

Deputado questiona participação de CNBB nos conflitos indígenas

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 27.06.2013



Deputado não quer interferência da CNBB na questão agrária em MS (Foto: divulgação)

O deputado estadual Zé Teixeira (DEM) foi a tribuna da Assembleia questionar a participação e "intromissão" da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) na questão dos conflitos agrários em Mato Grosso do Sul. De acordo com ele, o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) irá entregar hoje em Brasília, o relatório sobre violência contra os indígenas a entidade.

Segundo o democrata, a entidade religiosa não pode "interferir" neste assunto, pois assim estará "rasgando" a Constituição Federal, que prevê que a justiça determina quem está com a

razão e direito. "Se for para eles (CNBB) entrarem nesta briga, então vamos convocar os evangélicos também e outros grupos que queiram participar", destacou.

Zé Teixeira pediu a mesa diretora da Casa de Leis, que faça um requerimento ao CIMI pedindo o relatório, para que o legislativo tenha acesso ao seu conteúdo. "Eles expõem ao país dados de violência contra os índios, porém esquecem de citar policiais e produtores que sofreram agressões e até mortes nestes conflitos", ponderou.

O deputado ainda criticou a Funai (Fundação Nacional do Índio) por adotar uma "política" de demarcação sem critérios específicos. "Esta questão deve ser revisada, fiquei sabendo que a CNBB ainda pensa em lutar em favor da Funai, este assunto não cabe interferência religiosa", ressaltou.

Reunião – O governador André Puccinelli (PMDB) está reunido neste momento com representantes de várias entidades, entre elas produtores, indígenas e CNJ (Conselho Nacional de Justiça) para buscar soluções em relação ao conflito agrário.

Reportagem: Leonardo Rocha



Número de suicídios é maior entre os guaranis-kaiowás

SÍTIO FOLHA DO MS, 27.06.2013

Dados divulgados hoje (27) pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) mostram que, de um total de 23 suicídios de índios em 2012 no país, nove ocorreram entre integrantes da etnia Guarani-Kaiowá. Segundo a entidade, a prática do "suicídio está causando um genocídio silencioso" em Mato Grosso do Sul.

Os números fazem parte do Relatório de Violência contra os Povos Indígenas. Segundo o estudo, os índices divulgados pelo Ministério da Saúde são "ainda mais dramáticos", já que apontam 56 suicídios entre os guarani-kaiowá no mesmo período.

De acordo com a pesquisa do Cimi, levantamentos anteriores alertavam para a ocorrência de mais casos de suicídio do que os publicados pela entidade. A entidade destaca o descaso do governo na tentativa de reverter esse índice de mortes nessa comunidade indígena.

"Dados de um órgão governamental de saúde demonstram o agravamento da situação dos Guarani-Kaiowá, com o aumento da incidência de suicídios. Pouco ou nada foi feito no decorrer de 2012 para mudar tal realidade", diz o relatório.

Os índices do relatório foram obtidos a partir de relatos e denúncias dos povos e organizações indígenas. Informações levantadas pelas equipes de 11 regionais do Cimi, notícias veiculadas pela imprensa e dados de órgãos públicos que prestam assistência às comunidades também serviram de base para o estudo.

FONTE: Agência Brasil



Decisão da Justiça mantém índios em fazenda ocupada em Japorã

SÍTIO CONJUNTURA ON-LINE, 27.06.2013

O MPF (Ministério Público Federal), através da PRR-3 (Procuradoria Regional da República da 3ª Região), obteve manutenção da sentença que suspendeu a ordem de reintegração de posse da área ocupada por índios guarani-kaiowá de Yvy Katu na fazenda Remanso Guaçu, em Japorã.

A decisão de reintegração de posse havia sido determinada pela Justiça Federal de Naviraí, mas foi suspensa pelo TRF-3. O proprietário recorreu, mas o TRF-3 manteve a suspensão.

A área ocupada atualmente pelos indígenas foi demarcada judicialmente em 2004 e corresponde a 10% do total da fazenda. Os índios estão no local há oito anos e já foi demonstrada, pelo MPF e FUNAI, a necessidade da manutenção da comunidade na área até o final do processo de demarcação de suas terras ou, no mínimo, até o julgamento final da ação judicial.

A defesa pediu a reconsideração da sentença, que suspendeu a reintegração de posse, alegando que não haveria qualquer situação de risco à vida, ordem ou segurança na desocupação dos índios.

Também foi alegado que o procedimento de demarcação administrativa das terras indígenas não estaria em fase adiantada de tramitação.

FONTE: BOL

Cúpula federal está em MS para tratar da questão indígena

SÍTIO REGIÃO NEWS, 27.06.2013

A reunião é mais uma tentativa de buscar uma solução para os litígios fundiários no Estado, que soma hoje 66 propriedades rurais invadidas.

FOTO: Divulgação



Reunião reúne cerca de 40 pessoas, entre lideranças regionais e representantes do Governo Federal.

A secretária-executiva do Ministério da Justiça, Márcia Pelegrini, o assessor especial de Participação Social do Ministério, Marcelo Veiga, o diretor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Sebastião Pereira, e a presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati, estão hoje em Mato Grosso do Sul para tratar da indenização a produtores rurais visando a ampliação de áreas indígenas no Estado.

Juntamente com outros representantes de órgãos federais, o grupo se reuniu na manhã desta quinta-feira (27), na governadoria, em Campo Grande, com o governador André Puccinelli, o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Famasul), Eduardo Riedel, e lideranças in-

dígenas.

A reunião é mais uma tentativa de buscar uma solução para os litígios fundiários no Estado, que soma hoje 66 propriedades rurais invadidas. Ontem, com produtores sul-mato-grossenses e de outros estados participaram da audiência pública onde o secretário geral da presidência da República, Gilberto Carvalho, atendeu convocação da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), para tratar das irregularidades nos processos demarcatórios conduzidos pela Funai.

O presidente da Famasul, Eduardo Riedel, ressalta que as áreas requisitadas pelos indígenas são tituladas, com títulos reconhecidos pelo Incra. "São produtores rurais que vivem do seu trabalho, com áreas que na maioria dos casos são de médio e pequeno porte. Não podemos aceitar que essas pessoas sejam simplesmente destituídas de suas propriedades, sem a justa compensação", afirmou Riedel.

Cerca de quarenta pessoas participam da reunião, entre elas lideranças das etnias Terena, Kadwéu, Guarani e Caiuá. Estão presentes na reunião também o coordenador geral de Movimentos de Campo e Território da presidência da República, Nilton Luiz Godoy Turbino; sub-procurador geral federal da Advocacia Geral da União (AGU) Antonio Roberto Basso; ouvidor nacional dos Direitos Humanos da Presidência da República, Bruno Renato Nascimento Teixeira; e a secretária dos Direitos Humanos da Presidência da República, Ana Paula Villas Bôas.



Indígenas da Aldeia Maracanã participam de ato no Rio

SÍTIO POP NEWS, 27.06.2013

Cerca de 250 pessoas estão reunidas na tarde desta quinta-feira na Igreja da Candelária, de onde sairão em direção à Cinelândia para iniciar o 13.º protesto na cidade do Rio de Janeiro. Um grupo de 30 indígenas da Aldeia Maracanã participa do ato. Nesta tarde, os advogados da Aldeia entraram com novo recurso na Justiça para tentar a reintegração de posse do antigo Museu do Índio, de onde foram obrigados a sair por causa das obras no estádio do Maracanã. "Mas sabemos que quem vai nos reintegrar à Aldeia Maracanã somos nós que estamos nas ruas. Nós é que somos os defensores públicos dos direitos humanos. Viemos aqui pedir apoio à população", disse o advogado Aarão da Providência Araújo Filho, um índio guajajara.

Policiais de três batalhões vão acompanhar o protesto. Em frente à Assembleia Legislativa, que sofreu ataques em duas manifestações, está um grupo de 60 PMs. Antes de chegar à Cinelândia, os manifestantes pretendem ir à Rua da Assembleia, onde fica a sede da Fetranspor (Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro), entidade que congrega os dez sindicatos de empresas de ônibus no Estado.

FONTE: Agência Estado